 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 037. Etnografias sobre a financeirização do agronegócio no Brasil: efeitos, disputas e comparações

Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar) - Coordenador/a, Luciana Schleder Almeida (UNILAB) - Coordenador/a Este grupo de trabalho tem como intuito propor um debate sobre a financeiriza?ão do agroneg?cio no Brasil por meio de etnografias que explorem a imbrica??o de elementos t?cnicos e morais que marcam a chamada ?sociedade do agroneg?cio? (Heredia, Palmeira, Leite 2010). São bem vindas reflex?es baseadas em trabalho etnogr?fico que proponham, por exemplo, compara?es entre o agroneg?cio para exporta??o e redes de troca de produtos n?o financeirizados, como ? o caso de sementes crioulas e produtos agroecol?gicos; descri?es de alian?as entre t?cnicos, ?rg?os de pesquisa e produtores em torno de saberes e tecnologias que visam o aumento da produ??o e circula??o de produtos; estrat?gias discursivas que esses agentes mobilizam para legitimar a expans?o do agroneg?cio; etnografias sobre leil?es e mercados agropecu?rios que joguem luz sobre no?es correntes de economia e mercados; an?lises sobre as distintas temporalidades implicadas no ?dentro? e ?fora? da porteira, assim como em mercados f?sicos e futuros. Pretende-se, deste modo, reunir tanto pesquisadores que t?m como foco central quest?es pr?prias da antropologia da economia, assim como aqueles que as tangenciam tendo em vista os processos de expropria??o e conflito que seus interlocutores de pesquisa v?m enfrentando no meio rural brasileiro.

"Aqui você não bota questão, você faz conciliação": um estudo sobre a relação entre "forma mercantil" e "forma jurídica" a partir dos conflitos na lavoura do Agronegócio Café no Cerrado Mineiro

Autoria: Hailton Pinheiro de Souza Júnior

Em nossa tese de doutorado, dedicamo-nos ao estudo das relações de work e seus conflitos na lavoura do Agronegócio Café em Patrocínio e Araguari (MG, Brasil), municípios do Cerrado Mineiro, região produtora de café nestes termos conformada a partir dos anos de 1970, quando um conjunto de políticas públicas promoveu o encontro entre produtores do sul – cujas famílias têm acompanhado a "grande vaga do café" desde sua fixação no país, passando por São Paulo e Paraná – e trabalhadores do norte – migrantes mineiros, baianos e de outras áreas do interior do país – região em que hoje se expressa uma realidade que é, justamente, produto deste encontro. As relações laborais, estabelecidas sobre uma base de representações sociais herdadas do colonato (vivido pelas famílias de produtores em sua origem no interior de São Paulo e Paraná) associada às representações sociais camponesas mobilizadas pelos trabalhadores migrantes, orientam-se tradicionalmente por um código de prescrições morais a partir das quais os sujeitos regulam os diferentes aspectos de suas relações de work. Progressivamente, no entanto, as relações laborais sofrem a incidência dos direitos, forma de regulação das práticas na lavoura que se assenta sobre os dispositivos legislativos e se generaliza pela aproximação à realidade local dos órgãos de fiscalização e controle – do Estado, portanto – tensionando instituições locais e sujeitos à absorção de novos paradigmas às suas relações, em especial, suas relações laborais. Nesta comunicação, desejamos refletir sobre a relação entre a "forma mercantil" e a "forma jurídica" na conformação de uma "sociedade e economia do agronegócio", pela análise do processo histórico de ajuste entre código moral e norma jurídica, operado através de instituições locais como o Núcleo Intersindical de Patrocínio, ajuste que parece tornar possível a coexistência entre uma "agricultura moderna", "certificada", aparentemente alinhada a rigorosos padrões internacionais de produção e comercialização, e a manutenção de certas práticas laborativas que seriam lhes seriam contrárias, colidentes não apenas com estes padrões internacionais mas com as próprias disposições (ainda) vigentes no

 ISBN: 978-85-87942-61-6

direito do work brasileiro. Interessa-nos analisar, portanto, a relação entre o "mercado" e o "direito", a partir dessa experiência de ajuste da realidade local às exigências legais e das exigências legais à realidade local, experiência própria à lavoura do cerrado mineiro, que investigamos em nossa tese de doutorado, a partir do "dilema moral" vivido pelos trabalhadores diante da escolha por "botar questão" ou "fazer conciliação".

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**